

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2023

Inexigibilidade Nº 009/2023

Processo Administrativo nº 1.433/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

O **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, Estado da Bahia, Pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. **ADRIANO SILVA LIMA**, portador do R.G nº 05.820.947-63 SSP/BA e CPF nº 912.972.575-53, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Macário Ferreira, 517, Centro, CEP 48.700-000, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 13.845.086/0001-03, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado como **CONTRATADA** a empresa **CROW PRODUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **24.818.417/0001-24**, com sede na Praça Antônio Souza Andrade, nº 60, Centro, São Miguel das Matas - BA, CEP 44.580-000, representada pela Sr(a). **Manoel Lemos Sandes Neto**, CPF sob nº 983.929.645-00 e RG 637257707 SSP BA, com base nas normas contidas no Processo de Inexigibilidade nº **009/2023**, pelas Leis Federais nº 8.666/93, 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), pela Lei Estadual nº 9.433/2005, e posteriores alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, firmam o presente contrato, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente contrato a Contratação do Show Musical do cantor **LUCAS ABOIADOR**, para apresentação no dia 22 de junho de 2023, no Estádio Municipal Mariano Santana, durante os festejos do São João de Serrinha 2023, iniciando – se as 20:00 horas, com duração de **01:30 (uma) hora e (trinta) minutos**.

PARÁGRAFO ÚNICO. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na prestação dos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato subordina-se ao regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Apresentação de acordo com o objeto deste contrato;
- b. Responsabilizar-se pelos prejuízos ou danos causados ao Município ou a terceiros na execução deste contrato;
- c. Fiel cumprimento das obrigações ora assumidas;
- d. Assumir todo e qualquer prejuízo decorrente da não execução dos serviços a que der causa;
- e. Atender às solicitações extras da Contratante em decorrência de fatos excepcionais e/ou justificáveis.
- f. Arcar com as despesas inerentes a transporte, cenografia, instalação, montagem e desmontagem de seus equipamentos, inclusive hospedagem e alimentação dos seus operários.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a. Possibilitar à Contratada condição que lhe permitam o perfeito desenvolvimento dos serviços contratados, incluindo estrutura de palco, som, luz e camarim;
- b. Pagar as despesas inerentes ao contrato nas condições estipuladas;
- c. Acompanhar e verificar a perfeita execução deste contrato, em todas as suas fases, até seu término;
- d. Informar, por escrito, toda e qualquer alteração nos prazos e cronogramas da execução do serviço contratado;

- e. Garantir a segurança da Contratada e seus músicos, bem como dos equipamentos/instrumentos, da entrada até a saída dos mesmos no local da apresentação do show.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O presente contrato tem o seu preço global de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), a ser pago da seguinte forma: R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), até o dia da apresentação do show, e R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), em até 30 (trinta) dias a contar da apresentação do show, e após emissão da nota fiscal de prestação de serviços.

§1º Encontra-se inclusos no valor supramencionado todos os custos necessários à prestação dos serviços contratados, à exceção dos custos referentes à alimentação e hospedagem.

§2º A falta do pagamento de parcela a que se refere esta cláusula implicará em multa na ordem de 2% (dois por cento) sobre o valor da mesma, além da incidência de 1% (um por cento) por mês de atraso a título de juros.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte programação.

Unidade Orçamentaria	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
6801	2070	33.90.39	15000000

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO

Reconhecidos os direitos da Administração Pública, este contrato poderá ser rescindido ainda:

I. pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsista condições para a continuidade do mesmo;

II. pela superveniência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não prosseguimento de sua execução.

Parágrafo único. As partes poderão, também, alterar esse instrumento de contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto, assim como prorroga-lo quando do seu vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Caso o CONTRATADO, por motivo de força maior, fique temporariamente impedido de cumprir, total ou parcialmente, as suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização, ainda que verbalmente, ratificando por escrito.

§ 1º Na ocorrência de motivo de força maior, o contrato será suspenso enquanto perdurarem os seus efeitos, podendo qualquer das partes propor o distrato, ficando o contratante obrigado ao pagamento da importância correspondente ao valor dos serviços já executados.

§ 2º O CONTRATANTE e a CONTRATADA não responderão entre si por atraso decorrente de força maior.

CLAUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inexecução, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato, sujeitará a parte infratora às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantindo a previa e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato para a parte que deixar de cumprir o contrato ou dar motivo a sua rescisão, revertendo o valor da multa em favor da parte prejudicada.

§ 2º Pagará igualmente a multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato a parte que procede o seu cancelamento, sem justo motivo, estando a menos de 02 (dois) dias da data acordada para a realização do evento.

§ 3º As multas ora estabelecidas não se aplicam nos inadimplementos oriundos de calamidade e luto oficial, decretado por autoridade competente do país e acidentes de viagem, devidamente comprovados.

§ 4º As penalidades previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a arte infratora da responsabilidade por perdas e danos, decorrente das infrações cometidas.

CLÁUSULA DECIMA – VIGENCIA

O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Fica designado a Srª Maria Zenaide de Jesus e o Sr. Edilson Andrade Silva como gestores do contrato e os Sr(s) Jubiraci Rodrigues de Jesus e Sidney Sales Costa como fiscais do contrato, conforme portaria nº 212/2022, não excluindo, tampouco reduzindo a responsabilidade da Contratada, sob quaisquer atos que, por acaso, cause danos a terceiros e que, sob nenhuma hipótese, deverá implicar co-responsabilidade da Contratante.

I – Compete à Fiscalização:

- a) expedir determinações e comunicações dirigidas à Contratada, apontando-lhe erros e as providências que deverão ser tomadas nos serviços executados;
- b) rejeitar qualquer material que apresente má qualidade ou não especificado pela Contratante, estabelecendo prazo para retificação por escrito e sob protocolo;
- c) apontar falhas na execução do Contrato, exigindo da Contratada as devidas reparações;
- d) emitir parecer conclusivo para que as Faturas/NF possam ser liberadas e pagas;
- e) acompanhar e verificar a perfeita execução deste Contrato, em todas as suas fases até o seu término;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o foro da cidade de Serrinha - BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha, 19 de abril de 2023.

MUNICIPIO DE SERRINHA

Adriano Silva Lima

CROW PRODUÇÕES EIRELI

Manoel Lemos Sandes Neto

Documento assinado digitalmente
gov.br MANOEL LEMOS SANDES NETO
Data: 19/04/2023 14:30:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



EXTRATO (CONTRATO Nº 046/2023)



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Serrinha
Rua Macário Ferreira, nº 517 – Centro – Serrinha – Ba. CEP: 48700-000
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 321-8500 www.serrinha.ba.gov.br

EXTRATO

CONTRATO 046/2023

INEXIGIBILIDADE: 009/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.433/2023

O Prefeito do município de Serrinha, BA, torna pública a contratação:

CONTRATANTE: Município de Serrinha - Bahia

CONTRATADA: CROW PRODUÇÕES EIRELI.

CPF/CNPJ: 24.818.417/0001-24

OBJETO: Contratação do Show Musical do cantor LUCAS ABOIADOR, para apresentação no dia 22 de junho de 2023, no Estádio Municipal Mariano Santana, durante os festejos do São João de Serrinha 2023.

ASSINATURA: 19/04/2023

VIGÊNCIA: 19/04/2023 a 31/12/2023

VALOR: R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Fonte
68.01	2070	33.90.39	15000000

LIVRO Nº: 0308-P

FOLHA Nº: 015

ORDEM Nº: 040594

TRASLADO Nº 1

TABELIÃO - AUGUSTO SOUZA DE ARAS

PROCURAÇÃO PÚBLICA, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de mandato virem que, aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (08/04/2022), neste Município do Salvador, Capital do Estado da Bahia, República Federativa do Brasil, neste 11º Tabelionato de Notas, perante mim, **TAYSSA BALBINO ARAS**, Tabeliã Substituta, compareceu como Outorgante **CROW PRODUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o número **24.818.417/0001-24**, situada na Praça Antonio Souza Andrade, nº 60, Centro, CEP. 44.580-00, São Miguel das Matas, Bahia, neste ato representada, nos termos da cláusula sétima da alteração contratual arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 29204905138, NIRE 29204905138, por **IRACEMA DE SOUSA SANDES**, brasileira, maior, nascida em 24/09/1960, capaz, casada, filha de Irenio Antonio de Sousa e Amalia Fernandes de Sousa, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n. 01535341688, expedida pelo DETRAN/BA, inscrita no CPF/MF sob o n. **341.512.495-91**, declarando não dispor de endereço eletrônico, residente e domiciliada na Rua Padre Antônio Vieira, nº 28, Cond. Village dos Pinheiros, São Cristovão, CEP 44.440-806, Santo Antônio de Jesus, Bahia, ora de passagem por esta capital. A presente identificada, por meio das provas de identidade apresentadas, cuja capacidade jurídica dou fé. E, pela Outorgante, me foi dito por meio de ser representante que, por este instrumento, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MANOEL LEMOS SANDES NETO**, brasileiro, maior, nascido em 04/10/1981, solteiro, filho de Reinaldo Andrade Sandes e Iracema de Souza Sandes, empresário, portador de Carteira Nacional de Habilitação n. 01261638908, expedida pela DETRAN/BA, inscrito no CPF/MF sob o n. **983.929.645-00**, residente e domiciliado na Rua Sargento Astrolábio, nº 209, Pituba, CEP 41.810-340, Salvador, Bahia, e/ou, **ANDERSON CAPINAM CARDIAL CORREIA**, brasileiro, maior, nascido em 11/10/1981, solteiro, filho de Adalberto Souza Correia e Maria das Candeias Capinam Cardial Correia, empresário, portador de Cédula de Identidade n. 778015394, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o n. **778.826.955-72**, residente e domiciliado na Rua João José Rescala, nº 198, ap 2003, Imbuí, CEP 41.720-000, Salvador, Bahia, a quem confere

amplos, gerais e ilimitados poderes para, em conjunto ou isoladamente, representá-la a fim de regularizar toda e qualquer situação jurídica e/ou administrativa, assim como, assinar propostas e contratos particulares e/ou públicos, impugnar lançamentos, débitos e/ou créditos, efetuar pagamentos de faturas, apresentar e assinar cadastros, cumprir exigências, podendo acertar preço, forma e condições de pagamento, receber importâncias e demais valores, passar recibos e dar quitações, assinar contratos particulares e/ou públicos, com todas as solenidades de estilo, apresentar documentos, pagar impostos, taxas e demais tributos, aceitar e/ou discordar de cláusulas e condições, requerer e receber extratos e demais documentos, conferindo poderes para gerir e administrar bens móveis de propriedade da Outorgante, podendo fazer locações e dar em locação, assinar contratos de locação, aceitar e/ou recusar inquilinos e/ou fiadores, assim como aceitar ou recusar outras garantias previstas na Lei, despejá-los, executando-os e a seus fiadores, fixar alugueis, recebê-los, pagar, participar de assembléias gerais ordinárias e extraordinárias de condomínio, associações, cooperativas, sindicatos ou societárias, podendo votar e ser votado, apresentar propostas, impugná-las, discordar de valores, acertar preço, forma e condições de pagamento, combinar cláusulas, receber preço de venda e serviços, passar recibos e dar quitações, promover recolhimento de impostos, taxas e demais tributos incidentes sobre as operações mercantis da referida Sociedade e de seus resultados contábeis, conferindo poderes especiais para gerir e administrar as áreas administrativa, contábil e fiscal, podendo o Outorgado, requerer guias para emissão de Notas Fiscais, autorizar a confecção de Notas Fiscais, assinar requerimentos e/ou petições, requerer e assinar talões de Notas Fiscais, acompanhar auditoriais fiscais, apresentar livros contábeis e demais documentos fiscais e contábeis, impugnar autos, contestar, embargar, interpor e/ou defender todos os recursos administrativos, juntar e retirar documentos, receber devolução de impostos, taxas ou qualquer outro tributo, admitir e demitir pessoal, cumprindo rigorosamente a legislação vigente, em especial a fiscal, trabalhista, social e previdenciária, efetuar cobranças e autorizar protestos de títulos, constituir advogado com poderes nas cláusulas "ad judícia" e "extra judícia", para defesa dos direitos e interesses da Outorgante, perante qualquer Juízo, em qualquer instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações em qualquer instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes, intervir em qualquer pleito iniciado ou por iniciar-se, como Autora, Ré, Assistente, Oponente e/ou terceira interessada, contestar, embargar, impugnar, requerer benefícios, variar, renovar, desistir, assinar desistência de ações, reconvir, firmar acordo, remir dívidas, prestar compromisso, receber e dar quitação, transigir, acordar, confessar, passar recibos, interpor e/ou defender todos os recursos legais, perante qualquer Tribunal ou Instância, receber documentos, proceder a cobranças judiciais de créditos, representar em especial, perante a Justiça do Trabalho, podendo inclusive nomear preposto proceder

100
audes

LIVRO Nº: 0308-P

FOLHA Nº: 016

ORDEM Nº: 040594

TRASLADO Nº 1

TABELIÃO - AUGUSTO SOUZA DE ARAS

a cobranças judicial de créditos, representar a Outorgante, judicialmente e/ou administrativamente, perante toda e qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autárquica, Cartório de Notas, de Registros Públicos ou qualquer outra que seja necessário, assim como perante empresas públicas, privadas, de economia mista, paraestatal, inclusive perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Receita Federal, Delegacia da Receita Federal, Ministério e/ou Secretarias da Fazenda e demais Órgãos, DRT - Delegacia Regional do Trabalho, DETRAN, Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, Prefeituras Municipais, Órgãos de Defesa do Consumidor (PROCON, CEACON, CODECON), Ministério Público Federal e Estadual, empresas concessionárias de serviços públicos, em especial, as de telecomunicações, inclusive às de telefonia celular e de energia elétrica, podendo requerer bloqueios, habilitações, mudanças de planos, de aparelhos e de endereço, pagar contas, impugná-las, discordar de valores, receber créditos, receber indenizações, dar quitações, assinar recibos, assinar e apresentar declaração de rendimentos, receber restituição de imposto perante a Receita Federal ou qualquer dos bancos autorizados, promove alteração do contrato social, apresentar, requerer e/ou receber todo e qualquer documento para defesa dos direitos e interesses da Outorgante, requerendo 2ª (segundas) vias de certidões, atestados e o que necessário for, requerer inscrições, registros, cumprir exigências e determinações, receber citações, intimações ou notificações, impugnar decisões, recorrer, prestar informações, outorgando, ainda, poderes para representá-la junto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, ou qualquer outra empresa, pública ou privada, responsável pelo sistema de correios, malote, encomendas e correspondências expressas, podendo, inclusive, receber e assinar a correspondência da Outorgante, retirar encomendas, vales postais e o que mais for necessário ou a ela pertencer, podendo participar de procedimentos em certames licitatórios, licitação pública, tomada de preços, pregão presencial, pregão eletrônico, carta convite, assinar contratos, contratar com a administração pública no âmbito federal, estadual e municipal, fornecer material e receber dinheiro, Retirar editais, apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da Documentação, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos, podendo o Outorgado, tudo mais promover, requerer, praticar e assinar,

Sândes

representando a Outorgante ativa e passivamente, praticando todos os atos no interesse da Outorgante, ficando vedado a pratica de atos estranhos aos interesses sociais, assim como onerar ou alienar bens imóveis da Outorgante. A Outorgante, por meio de seu Representante legal, cientificada das consequências legais que importam o presente ato de outorga de amplos, gerais e ilimitados poderes, responsabiliza-se legal, civil e penalmente pelos atos a serem praticados pelo Outorgado, o que tudo dará por bom, firme e valioso. **A presente é válida por tempo indeterminado. Vedado o substabelecimento, dou. fe.** Foi recolhido o DAJE de nº 9999.029.016182, no valor de R\$ 97,66 sendo R\$ 47,17 de emolumentos, R\$ 33,50 de taxa de fiscalização do TJBA, R\$ 12,89 de FECOM, R\$ 0,98 de FMMPBA, R\$ 1,87 de FMPGE e R\$ 1,25 de Defensoria Pública. De acordo com o Art. 119, § 1º. do Código de Normas da CGJ-BA, na ausência de assinatura de uma das partes, após transcorridos 30 (trinta) dias contados da lavratura do ato, o Tabelião declarará incompleta a escritura e consignará, individualizando, as assinaturas faltantes; e, advertidas as partes no corpo da escritura, serão devidas as taxas e os emolumentos correspondentes. Foram dispensadas as testemunhas instrumentárias, nos termos do Parágrafo 5º, do Art 215, da Lei 10.406/2002, do Código Civil Brasileiro vigente a partir de 11/01/2003. O(s) nomes(s) do(a)(s) Outorgado(a)(s), dados e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento, foram fornecidos e confirmados pelo(a)(s) Outorgante(s), que por eles responsabiliza(m)-se, reservando-se, este Ofício, no direito de não corrigir erros daí advindos. Assim disseram a seu pedido, eu, TAYSSA BALBINO ARAS, Tabeliã Substituta, que digitei este instrumento, o qual, após lido e achado conforme, assinado pelo(a)(s) Outorgante(s) e por mim TAYSSA BALBINO ARAS, Tabeliã Substituta, que o subscrevo e assino em público e raso. Selo: 1597AC498360084477OH1LS.

Salvador, 08 de abril de 2022

Em Testemunho TB da Verdade.

Iracema de Sousa Sandes
CROW PRODUÇÕES LTDA
Outorgante
IRACEMA DE SOUSA SANDES
Representante



035451

11º TABELIONATO
DE NOTAS
SALVADOR

11º TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE SALVADOR - BA

AUGUSTO SOUZA DE ARAS

Tabelião

11º TABELIONATO
DE NOTAS

LIVRO Nº: 0308-P

FOLHA Nº: 017

ORDEM Nº: 040594

TRASLADO Nº 1

TABELIÃO - AUGUSTO SOUZA DE ARAS

Tayssa Balbino
TAYSSA BALBINO ARAS

Tabeliã Substituta

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1597AC4983600
844770H1LS
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade



11º TABELIONATO DE NOTAS
TAYSSA BALBINO ARAS
TABELIÃ SUBSTITUTA

Saudes

TABELIONATO
DE NOTAS

